

Relator de Eduardo tem relações com bolsonarismo

Escolha escancara dilema entre técnica e alinhamento político

Por Karoline Cavalcante

A escolha do deputado Delegrado Marcelo Freitas (União Brasil-MG) como relator do processo contra Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados escancara um embate entre competência técnica e alinhamento político. A avaliação é do cientista político Elias Tavares, em entrevista ao Correio da Manhã. Para ele, de um lado, Freitas acumula experiência em pautas de grande impacto — como a relatoria da Reforma da Previdência. De outro, sua proximidade com o bolsonarismo levanta dúvidas sobre a imparcialidade do parecer.

A designação do relator ocorreu na última sexta-feira (26), após sorteio de uma lista triplíce que incluía ainda Duda Salabert (PDT-MG) e Paulo Lemos (Psol-AP). A escolha foi oficializada pelo presidente do colegiado, Fábio Schiochet (União Brasil-SC). A partir da nomeação, Freitas terá até dez dias úteis para apresentar um parecer preliminar sobre a admissibilidade da denúncia.

Reações

O processo, que pode resultar na cassação do mandato de Eduardo, foi instaurado a partir de uma representação apresentada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A sigla acusa o deputado de quebra de decoro parlamentar por ataques a instituições brasileiras — especialmente ao Supremo Tribunal Federal (STF) — durante sua estadia nos Estados Unidos, além da disseminação de discursos considerados antidemocráticos.

A nomeação de Freitas ge-



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Freitas já classificou Eduardo como seu “amigo”

rou reações no meio político, principalmente por seu histórico de alinhamento ao bolsonarismo. Ex-delegado da Polícia Federal e em seu segundo mandato na Casa Baixa, o parlamentar já se referiu a Eduardo Bolsonaro como “amigo” e tem feito críticas recorrentes ao STF. Em 2023, defendeu a anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro — quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília — e apoiou a chamada “PEC da Blindagem”, que dificultaria investigações contra parlamentares e foi enterrada na última semana pelo Senado Federal.

Perda de mandato

No entanto, como observa Tavares, o maior risco enfrentado por Eduardo pode não estar diretamente relacionado à relatoria. Desde o fim de sua licença parlamentar, em julho, o deputado acumula faltas injustificadas. Tentativas de segui-

licenciado ou atuar remotamente fracassaram, e até a estratégia de assumir a liderança da Minoria como forma de se proteger foi rejeitada pela Mesa Diretora e pelo presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

“O resultado é que Eduardo passa a encarar não só um julgamento político, mas também a aplicação objetiva do regimento, que prevê a possibilidade de perda de mandato por excesso de ausências”, destacou o especialista.

O deputado pode ser enquadrado no artigo 55 da Constituição Federal, que prevê a perda de mandato de parlamentares que faltarem a um terço das sessões ordinárias sem justificativa aceita. O PT argumenta que as ausências do deputado são deliberadas e dolosas, configurando infração regimental.

A tramitação do caso no Conselho de Ética segue rito definido: após o parecer preli-

minar, haverá uma fase de instrução, com coleta de provas e depoimentos, que pode durar até 90 dias úteis. Ao fim, o relatório final será votado pelos membros do colegiado e, se aprovado, encaminhado ao plenário da Câmara, onde a cassação depende do voto favorável de pelo menos 257 deputados.

Atualmente, Eduardo responde a quatro representações no Conselho de Ética, três delas apresentadas por partidos de oposição — duas pelo PT e uma pelo PSOL. O presidente do colegiado já sinalizou a intenção de unificar a tramitação dos casos, o que pode acelerar os desdobramentos.

Na análise de Tavares, a situação do deputado é delicada em duas frentes: “Essa combinação coloca Eduardo em uma posição de extrema vulnerabilidade. Politicamente, ainda conta com apoios dentro do Congresso, mas se vê encurralado pelo processo no Conselho de Ética ou pelas faltas.

Encontro com Trump pode redefinir relações com EUA

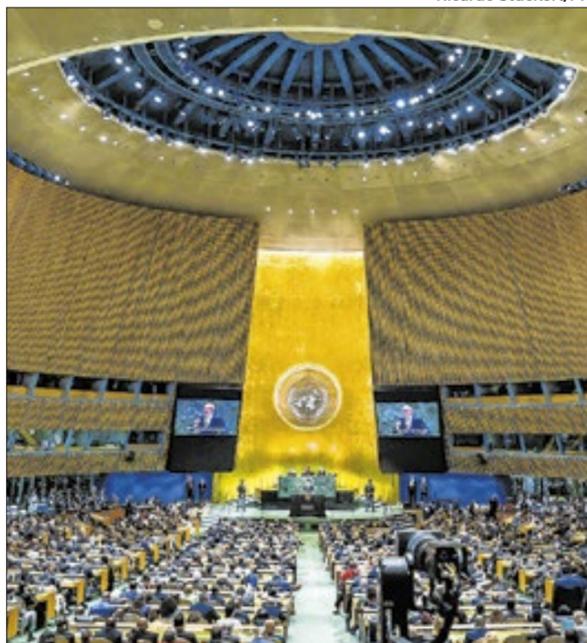
Por Karoline Cavalcante

O panorama internacional na 80ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizado em Nova York, foi marcado por fortes declarações e uma polarização crescente, com destaque para o discurso do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu (Likud). Na ocasião, ele afirmou que a operação militar contra o Hamas na Faixa de Gaza seguirá até que Israel “conclua o trabalho”. O pronunciamento, de tom desafiador, foi um reflexo claro de seu alinhamento com sua base interna, mas também evidenciou um distanciamento da comunidade internacional, que mostrou forte rejeição à continuidade dos ataques à população palestina.

“Os últimos elementos do Hamas estão entrenchados. Precisamos terminar o serviço”, declarou. O primeiro-ministro negou acusações de que as forças israelenses estariam atingindo civis ou promovendo escassez de alimentos em Gaza. “Se há fome, é por culpa do Hamas, que está roubando os alimentos”, alegou. A guerra, segundo autoridades palestinas, já deixou mais de 65 mil mortos e grande parte do território devastado.

Protestos

Netanyahu fez a declaração na última sexta-feira (27), dian-



Ricardo Stuckert/PR

Polarização sobre Israel marcou assembleia da ONU

te de um plenário esvaziado. Delegações de dezenas de países, entre eles o Brasil, se retiraram em protesto antes mesmo do início da fala.

O Correio da Manhã conversou com especialistas para entender melhor o cenário. Para a advogada especialista em direito internacional, Hanna Gomes, o gesto simbólico das delegações representou um ato global e diplomático de protesto. “A saída do plenário, as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) classificando as ações em Gaza como genocídio, e até mesmo o simbolismo da vestimenta da

primeira-dama, representam um rompimento com a histórica equidistância na política externa brasileira em relação ao conflito. O país assume uma postura mais alinhada com a causa palestina, colocando-se ao lado de nações que pedem o fim imediato dos ataques e o respeito ao direito humanitário”, afirmou.

Na avaliação do professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) Vinícius Vieira, embora o Brasil tenha se posicionado contra Israel, é improvável que isso

leve a um isolamento do país. Ao contrário, mencionou que a crescente rejeição a Netanyahu, atinge até seus aliados tradicionais, citando a recente objeção do presidente dos EUA, Donald Trump (Republicano) em relação à anexação da Cisjordânia por Israel. “Isso demonstra o crescente isolamento do primeiro-ministro”, observou o professor.

Lula e Trump

No mesmo evento, outra movimentação chamou a atenção: o presidente norte-americano revelou sua intenção de se reunir com o líder brasileiro ainda nesta semana. O anúncio foi feito de forma informal durante seu discurso, quando Trump mencionou um breve encontro com Lula nos bastidores da ONU. “Houve química. Gosto dele e ele gosta de mim”, disse, sinalizando um interesse em estreitar laços políticos, apesar da crise diplomática entre os dois países, que se intensificou nos últimos meses com a imposição de sanções comerciais e políticas contra o Brasil e suas autoridades.

O anúncio foi bem recebido pelo governo brasileiro, que ainda avalia a melhor forma de viabilizar o encontro. Segundo a advogada Hanna Gomes, Lula deve priorizar temas de interesse mútuo — como economia, clima, guerra na Ucrânia e investimentos — evitando questões mais delicadas.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Lula Marques/Agência Brasil



Deputado afirma que quer tentar a Presidência

PL-raiz já admite racha com Eduardo Bolsonaro

Ao insistir num discurso radical e rejeitar qualquer possibilidade de concessões, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) revela a disposição de tentar não permitir que a corrente política liderada por seu pai seja diluída por uma direita mais flexível. Integrantes do PL-raiz — pouco afeito a compromissos ideológicos — admitem, em conversas reservadas, que não será

fácil conciliar o ímpeto bolsonarista expresso por Eduardo com o pragmatismo do presidente do partido, Valdemar Costa Neto: em 2002, ele abençoou a entrada de José Alencar, como candidato a vice-presidente, na chapa encabeçada por Lula. A possibilidade de o 03 sair do PL para disputar a presidência já é levada a sério; se ele permanecer solto e elegível.

Diz que sim

Condenado, preste a iniciar o cumprimento de sua pena, Jair Bolsonaro dá sinais dúbios. Permite que políticos ligados a ele vazem para jornalistas informações de que pede moderação ao filho autoexilado nos Estados Unidos, onde lidera campanha de retaliação ao Brasil.

Faz que não

Esses mesmos aliados divulgam que o ex-presidente aceitaria abrir mão da anistia em troca de uma redução de penas e da certeza de que teria direito a prisão domiciliar. Mas isso não foi verbalizado por nenhum de seus filhos ou pela mulher, Michelle.



Isac Nóbrega/PR

Mulher de Bolsonaro reitera intenção do marido

Michelle e a candidatura — a primeira-dama

Semana passada, Fabio Wajngarten, ex-advogado de Bolsonaro e seu ex-chefe de Comunicação Social, usou redes sociais para desmentir que o amigo aceitara qualquer negociação. Incapaz de confiar até mesmo nos políticos de seu círculo mais próximo, Bolsonaro tem ouvido muitas sugestões, dá si-

nais de que pode concordar com uma ou outra, mas mantém a radicalização.

No sábado, em Ji-Paraná, Rondônia, Michelle disse que não quer ser candidata a presidente, mas a primeira-dama. Ou seja, aposta que o marido, inelegível e condenado, poderá ser candidato a presidente em 2026.

Tabelinha

No PL-raiz e no Centrão ninguém acredita que Eduardo, apesar de discordâncias com o pai, atue à revelia dele. Ao insistir numa chapa à Presidência encabeçada por um Bolsonaro ele replica a estratégia de Jair de não indicar qualquer aliado para a disputa do cargo.

Risco do fim

A aceitação de punição menor para Bolsonaro e outros condenados indicará uma possibilidade de conciliação com setores da direita. A grande questão é a que o ex-presidente e sua família temem que, diluído em outra candidatura conservadora, o bolsonarismo acabe.

Mistério

A dubiedade deverá acabar nas próximas semanas, com a provável votação do projeto de diminuição de penas para golpistas. O PL bolsonarista insiste que não aceitará nada menos que a anistia — a questão é saber se essa posição de tudo ou nada será mantida.

Miro na pista

Deputado federal por 11 mandatos (sua primeira posse foi em 1971), ministro das Comunicações no primeiro governo Lula, o advogado Miro Teixeira, de 80 anos, foi lançado pelo PDT para concorrer ao Senado em 2026. Em 2018, ele ficou em sétimo lugar na disputa.